



01 DE DEZEMBRO DE 2015

Terça-feira

- GREVE DE EMPRESA DO INTERIOR DE SP QUE PAROU MONTADORAS ACABA EM VIOLÊNCIA
- GREVE ATINGE 15% DO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA E REGIÃO, SEGUNDO O SINDIMOC
- CURITIBA E RMC INICIAM A TERÇA-FEIRA COM GREVE PARCIAL DE ÔNIBUS
- PANO DE FUNDO DA GREVE É O IMPASSE SOBRE O CUSTO DO SISTEMA
- DEMANDA CHINESA POR AUTOMÓVEIS ENFRAQUECE EM NOVEMBRO, DIZ ASSOCIAÇÃO DE CONCESSIONÁRIAS
- NÚMERO DE EMPRESAS CRIADAS NO BRASIL EM 2015 ULTRAPASSA 1,5 MILHÃO, DIZ SERASA
- GOVERNO CONFIRMA CORTE DE R\$ 10,7 BI NO ORÇAMENTO COM IMPACTO MAIOR PARA CIDADES E TRANSPORTES
- NÍVEL DE CONFIANÇA MOSTRA QUE INDÚSTRIA PODE SER 1º SETOR A SE RECUPERAR, DIZ FGV
- TSE DIZ QUE CONTINGENCIAMENTO COMPROMETE VOTAÇÃO ELETRÔNICA EM 2016 E BUSCARÁ VERBAS NO CONGRESSO
- ENDIVIDAMENTO DE EMPRESAS BRASILEIRAS DEVE PIORAR EM 2016, DIZ FITCH
- EDITORIAL: FÚRIA TRIBUTÁRIA
- PRAMET EXPANDE SUA GAMA DE FRESAS COM 90º GRAUS DE ÂNGULO DE POSIÇÃO
- ARGENTINA DE MACRI PODE COMPRAR MAIS MÁQUINAS BRASILEIRAS
- ENNIO CRISPINO DEIXA A PRESIDÊNCIA DA ABIMEI
- TOYOTA, HONDA E NISSAN LIDERAM PATENTES ENTRE AS MONTADORAS
- APÓS ANO RUIM, IVECO MIRA EXPORTAÇÃO
- AGU ABRE AÇÃO CONTRA SAMARCO E PEDE INDENIZAÇÃO DE R\$ 20 BILHÕES

- BRASILEIROS E ASIÁTICOS CRIAM MINERADORA DE US\$ 16 BILHÕES
- ACÇÕES DA MINERADORA VALE ATINGEM MENOR VALOR EM DEZ ANOS
- ARTIGO: CONFIANÇA
- WEG ENTRA NA 1ª PRÉVIA DO IBOVESPA; SAEM BR PROPERTIES, GOL, SOUZA CRUZ E SANTANDER BRASIL
- ECONOMIA DO BRASIL CAI NO 3º TRIMESTRE E TEM MAIOR QUEDA DESDE 1996
- ARTIGO: FRAQUEZAS DO AÇO
- TAXAÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS PODERIA SUBSTITUIR CPMF
- DEMANDA FRACA APROFUNDA CONTRAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL DO BRASIL EM NOVEMBRO, MOSTRA PMI

CÂMBIO EM 01/12/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,848	3,849
Euro	4,084	4,085

Fonte: BACEN

Greve de empresa do interior de SP que parou montadoras acaba em violência

01/12/2015 – Fonte: R7

Após 19 dias, terminou nesta segunda-feira, 30, a greve de trabalhadores na Intertrim/Trimtec, de Caçapava (SP), fabricante de revestimentos de tetos e outros componentes para a indústria automobilística.

Por falta das peças, sete fábricas da General Motors, Toyota, Volkswagen, Ford e Renault suspenderam a produção entre quinta-feira e esta segunda-feira. Na Honda, carros foram deixados incompletos no pátio. O problema ocorre num momento em que as empresas já vêm suspendendo a produção voluntariamente por excesso de estoque.

Os 715 funcionários voltaram ao trabalho após a empresa melhorar o acordo salarial que já havia sido acertado com o Sindicato dos Têxteis de Taubaté e o Sindmestres, representantes dos operários e do pessoal administrativo da fábrica.

Segundo a Intertrim, deve levar uma semana para que a produção seja normalizada. A empresa trouxe reforço de 30 operários da filial do grupo na Bahia para abrir temporariamente um terceiro turno na fábrica.

A Ford avisou que continuará com a produção de carros em São Bernardo do Campo (SP) parada nesta terça-feira, 1. A Renault também não vai produzir na linha do Paraná. As demais montadoras retomam as atividades hoje.

O reajuste salarial passou de 10,33% para 11%, houve melhora nos valores para vale-refeição e cesta básica, além da reintegração de 19 demitidos por justa causa durante a greve.

Antes da assembleia que aprovou o fim da greve na manhã desta segunda, ocorreu uma briga entre representantes das centrais Força Sindical (à qual o Sindmestres é filiado) e do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (que reivindica na Justiça a representatividade dos operários por considerar a empresa uma autopeça). Ninguém ficou ferido gravemente.

Jorge Ferreira, do Sindmestres, disse que o sindicato opositor incitou a greve. Luiz Carlos Prates, dos Metalúrgicos, afirmou que atende a pedido dos trabalhadores que querem mudar sua representatividade.

Greve atinge 15% do transporte coletivo de Curitiba e região, segundo o Sindimoc

01/12/2015 – Fonte: Bem Paraná

Dezembro começou com greve de motoristas e cobradores em Curitiba e Região Metropolitana. Segundo o Sindicato dos Motoristas (Sindimoc), a paralisação afeta cerca de 15% do sistema de transporte coletivo.

Dos três consórcios de empresas, um está paralisado. De acordo com o sindicato, a paralisação atinge linhas das empresas: Viação Tamandaré (50% parada); Campo Largo; Araucária e Cidade Sorriso (que opera linhas da região Sul de Curitiba). Dos 12 mil motoristas e cobradores, pelo menos dois mil aderiram à greve, segundo Sindimoc.

No Centro de Curitiba, a movimentação de ônibus é grande. Biarticulados, ligeirinhos e ônibus comuns estão circulando, mas nos bairros é possível notar a falta de ônibus. A situação é mais crítica em Região Sul, principalmente nas linhas do Boqueirão, segundo informação da Urbs. Nesta região, apenas 40% dos ônibus circulam nesta região.

A greve de motoristas e cobradores de Curitiba e região, é por causa do não pagamento da primeira parcela do 13º salário, deve ser apenas parcial. Ontem, parte dos trabalhadores teve a parcela do benefício depositada.

De acordo com as informações do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc) dos três consórcios que atuam no transporte coletivo da Grande Curitiba, o Pioneiro não teria conseguido pagar totalmente os valores até o fim da tarde.

Formado pelas empresas Viação Cidade Sorriso, Viação Tamandaré, Auto Viação São José dos Pinhais, e CCD Transporte Coletivo, o consórcio atende a região Sul da cidade, a mais populosa. Linhas metropolitanas também devem ser prejudicadas.

Ontem à tarde, representante dos trabalhadores, empresários e Urbs tentaram pôr fim a paralisação em uma audiência no Ministério Público do Trabalho (MPT-PR). A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec) não participou da reunião. Foram mais de 10 horas de discussões.

A fim de tentar evitar a paralisação, a Prefeitura de Curitiba fez um depósito de R\$ 1,6 milhão ontem, e prometeu outro — de R\$ 900 mil — até o meio-dia de hoje. Esse valor equivale ao adiantamento dos valores que seriam pagos referente as passagens de ônibus. Outros R\$ 2,5 milhões também foram repassados às viações, mas esse montante

corresponde ao fluxo de caixa habitual — o pagamento que cairia nas contas das empresas amanhã foi feito ontem.

Atraso — Apesar deste repasse, o Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp) enviou uma nota no começo da noite de ontem, informando que os valores chegaram após o expediente bancário e, por isso, nem todas as empresas teriam conseguido pagar integralmente o 13º.

A greve foi aprovada em assembleia realizada pelo Sindimoc na última sexta-feira, depois que o Setransp divulgou que estaria sem recursos para pagar a primeira parcela do 13º salário. De acordo com as informações da assessoria de imprensa da Urbs, neste mesmo dia, a companhia entrou com uma ação na Justiça para garantir frota mínima de ônibus rodando na cidade.

Uma nova reunião no MPT-PR está marcada para hoje, a partir das 10 horas, para tentar colocar fim ao impasse.

Curitiba e RMC iniciam a terça-feira com greve parcial de ônibus

01/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Curitiba e as cidades da Região Metropolitana terão greve parcial de ônibus a partir da zero hora desta terça-feira (1.º). As atividades serão paralisadas nas empresas que não pagaram a primeira parcela do 13.º salário no prazo, que venceu nesta segunda-feira (30). São quatro empresas que operam em Curitiba e três da Região Metropolitana.

A informação foi divulgada pelo sindicato que representa os motoristas e cobradores (Sindimoc) às 20h55 e confirmada por Urbs e Setransp (sindicato patronal) por volta de 22h. Todos estavam reunidos em um encontro na sede do Ministério Público do Trabalho.

Em Curitiba, o pagamento deixou ser feito pelo Consórcio Pioneiro, formado pelas empresas Cidade Sorriso, Tamandaré Filial e São José dos Pinhais Filial - as três não fizeram o acerto. A empresa CDD pagou, mas também pararia por fazer parte do mesmo consórcio.

A previsão do sindicato é de que a frota funcione com 50% do efetivo nessas quatro empresas. Os outros dois consórcios que operam na capital realizaram o pagamento da primeira parcela do 13.º nesta segunda-feira.

Entre as linhas que podem ser afetadas na capital estão a Santa Cândida/Capão Raso, Pinhais/Rui Barbosa, Boqueirão, Circular Sul, Pinheirinho Carlos Gomes e o ligeirão Boqueirão. Outros consórcios que não irão parar operam essas linhas, por isso elas não devem deixar de circular por completo, mas podem ocorrer atrasos.

A diretoria de transportes da Urbs vai trabalhar para garantir veículos em todas as linhas afetadas. No caso dos expressos, ligeirinhos e interbairros, a frota deve ser garantida por empresa que não estão em greve, e que já atuam normalmente nestas linhas.

Além disso, a Urbs deve remanejar carros para as linhas convencionais e alimentadores operados exclusivamente pelas quatro empresas afetadas. Além disso, o município conta que 50% da frota deve estar na rua.

Na Região Metropolitana, as empresas que não quitaram o salário extra foram Campo Largo, Tamandaré Matriz e Araucária.

O sindicato dos trabalhadores informou que a greve parcial será encerrada aos poucos – os funcionários de cada uma das empresas voltarão ao trabalho quando o salário cair na conta.

Se for necessário, a Urbs vai cadastrar carros particulares nesta terça-feira e eles poderão cobrar uma tarifa fixa – ainda não informada.

Adiantamento

A Urbanização de Curitiba (Urbs) fez um adiantamento às empresas de ônibus de Curitiba nesta segunda-feira (30) para que elas conseguissem pagar o 13.º dos motoristas e cobradores de Curitiba. A medida era uma tentativa de evitar a greve no transporte coletivo da capital e região.

De acordo com a Prefeitura de Curitiba, foi feito um adiantamento do repasse que seria feito às empresas em um prazo de 48 horas. Foram dois depósitos na segunda-feira, um de R\$ 2,5 milhões e outro de R\$ 1,6 milhão. Outros R\$ 900 mil devem ser depositados até o meio dia desta terça-feira (1.º).

O Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp) informou, por volta das 19h50, que fez o pagamento de 85% do 13.º com recursos próprios das viagens e que o rapasse da Urbs foi feito após o expediente bancários, “o que impossibilitou o pagamento a todos os trabalhadores nesta segunda-feira (30)”, diz a nota da entidade que representa as empresas de ônibus.

Próximos passos

Nova reunião deve dar continuidade às negociações entre empresas, trabalhadores e poder público na manhã desta terça-feira (1.º). Uma das preocupações é com o pagamento do salário de novembro, previsto para a próxima sexta-feira (4).

Além disso, a negociação do acordo coletivo, inicialmente marcada para fevereiro, deve ser adiantada. A proposta conta com o apoio das três partes, segundo o presidente da Urbs, Roberto Gregorio da Silva Junior.

Já as cerca de duas mil demissões anunciadas na última quarta-feira (25) foram descartadas “quase 100%” pelo presidente do Setransp, Maurício Gulin. “Nunca foi intenção do Setransp fazer esta demissão em massa, por isso que nós chamamos o Ministério Público do Trabalho para intervir”.

Empresas que operam o transporte público

Entenda a divisão dos consórcios por lotes em Curitiba:



Pano de fundo da greve é o impasse sobre o custo do sistema

01/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O transporte coletivo de Curitiba, que já foi modelo, anda na corda bamba. E, se não cair nem para o poder público nem para as empresas operadoras, é do lado do passageiro que ele tomba. Mais uma vez é o usuário que se vê refém e, nesta terça-feira (dia 1.º), enfrenta uma greve parcial dos ônibus.

O gatilho da paralisação foi o atraso do pagamento salarial de motoristas e cobradores – por sua vez ocasionado pelo repasse de um valor inferior ao real custo do transporte na capital, segundo as empresas. Como agravante, ainda há a proximidade da eleição municipal de 2016, que já tem o atual prefeito como pré-candidato.

O estopim da vez é o atraso no pagamento do 13.º dos trabalhadores – repasses emergenciais da prefeitura de R\$ 2,5 milhões tentam tapar o buraco; até o momento sem sucesso. A ameaça das empresas de demitir 2 mil funcionários esquentou mais o debate.

O presidente da Urbs, Roberto Gregório da Silva Junior, chegou a afirmar que isso era um instrumento de pressão para aumentar a tarifa técnica – o valor repassado pela prefeitura para pagar as empresas. A reação dos empresários manteve o tom inflamado, apontando um colapso no sistema e a fragilidade financeira do município.

Falta de transparência

Na queda de braço entre empresas e poder público, a falta de transparência prejudica qualquer tentativa de controle de custos. As empresas alegam que a conta não fecha, mas nunca abriram sua contabilidade.

Ao acenar com o possível corte de 2 mil funcionários, não disseram de que empresas seriam demitidos. Enquanto a Urbs apresenta as suas planilhas – técnicas e consideradas inacessíveis para grande parte da população – o governo do estado, por meio da Comec, sequer fala sobre custos.

Apesar desses elementos, o grande impasse da rede gira em torno da tarifa técnica. Para as empresas, os atuais R\$ 3,21 pagos por passageiro são insuficientes para arcar com todas as despesas do sistema –R\$ 3,40, dizem, seriam razoáveis e chegaram a ser consideradas durante as discussões para a definição desse valor.

Foram descartados pelo desacordo em relação à renovação da frota. Não são só os R\$ 0,19 a mais. Considerando a média de passageiros pagantes mensais (18,8 milhões), o valor representaria R\$ 3,5 milhões ao mês, ou R\$ 42 milhões ao ano.

O valor equivale a um mês extra de arrecadação, mas o custo para bancá-lo é alto. Aumentar a tarifa técnica implica onerar o cidadão, seja com aumento no preço da passagem, de tributos ou remanejamento do orçamento de outras áreas. A menos de um ano das eleições, é de se apostar que Gustavo Fruet (PDT) tentará resolver a pendência sem arranhar ainda mais sua já baqueada aprovação.

A cada dois meses, uma parada

Entre janeiro de 2014 e outubro deste ano, houve uma greve, paralisação ou atraso no início da operação a cada dois meses. Em comum, todas as ações foram motivadas por algum impasse entre empresas e motoristas e cobradores.

Em apenas uma ocasião, durante a Copa do Mundo e em dia de jogo em Curitiba, é que os usuários foram menos prejudicados. Os ônibus circularam com catracas abertas. Ainda assim, esse dia de greve branca saiu do bolso do consumidor.

O desafio é alto, porque três relatórios – da própria Urbs, CPI do Transporte da Câmara e uma auditoria do Tribunal de Contas do Paraná (TC) – apontam que há gordura para cortar na planilha de custos do transporte. Ainda em 2015, para cumprir decisão do TC, Fruet vai precisar eliminar itens da tarifa técnica, como o fundo assistencial (destinado aos trabalhadores), a taxa de administração da Urbs e as gratuidades do sistema que são totalmente bancadas pelo usuário pagante.

Demanda chinesa por automóveis enfraquece em novembro, diz associação de concessionárias

01/12/2015 – Fonte: R7

A demanda no mercado automobilístico da China enfraqueceu em novembro ante outubro devido ao clima frio e com os consumidores esperando as promoções de fim de ano, disse uma associação do setor nesta terça-feira.

Uma pesquisa mensal com concessionárias automobilísticas mostrou que os estoques subiram no último mês como resultado da demanda mais fraca, disse a vice-secretária geral da Associação de Concessionárias de Automóveis da China, Lang Xuehong. As concessionárias esperam que a demanda se recupere em dezembro, acrescentou.

O mercado automobilístico chinês, o maior do mundo, desacelerou e ficou próximo de uma estagnação neste ano antes de se recuperar com força em outubro após o governo cortar impostos sobre veículos com motores de até 1,6 litro.

Observadores do setor ainda estão se esforçando para discernir o impacto completo do corte de impostos e esperam os dados oficiais de vendas de novembro da Associação Chinesa de Fabricantes de Automóveis (Caam, na sigla em inglês) na próxima semana. As vendas gerais de automóveis cresceram 1,5 por cento de janeiro a outubro frente o ano anterior.

O secretário-geral da associação de concessionárias, Xiao Zhengsan, disse que o mercado de veículos pode se expandir a uma taxa mais rápida em 2016 do que em 2015, concordando com as previsões de analistas de que as vendas de carros vão aumentar em 5 por cento no próximo ano.

Número de empresas criadas no Brasil em 2015 ultrapassa 1,5 milhão, diz Serasa

01/12/2015 – Fonte: R7

O número de novas empresas criadas no Brasil saltou 1,3% em setembro ante agosto e atingiu no acumulado do ano mais de 1,5 milhão, o maior nível desde o início da série histórica do indicador, em 2010, informou a Serasa Experian.

Em setembro deste ano, foram criadas 173.405 novas empresas, alta de 1,3% ante os 171.227 novos empreendimentos que surgiram no mercado em agosto. O número foi o segundo maior para o mês de setembro da história do indicador, perdendo apenas para o mesmo mês de 2014, com 174.517 novas empresas. Na soma de todas as empresas

criadas nos nove primeiros meses de 2015, foram abertos 1.522.988 novos empreendimentos, contra os 1.457.956 nascidos entre janeiro e setembro de 2014. Na comparação, a alta foi de 4,5%.

"O aumento na criação de novos empreendimentos ocorrido em setembro de 2015 reflete a sazonalidade mais intensa neste período - novos empreendimentos, sobretudo comerciais, sendo criados para poderem atuar nas vendas de final de ano", diz a nota técnica da Serasa Experian, que destaca ainda que o recuo em relação ao mesmo mês do ano passado é reflexo do cenário econômico adverso.

O setor de serviços segue sendo o que mais abre empresas no País, responsável por 61,1% dos novos negócios abertos no ano até setembro. Em seguida vem o comércio, com 30,4%, e a indústria, com 8,2%.

O Estado de São Paulo liderou a criação de empreendimentos em setembro de 2015, com 48.801 (28,1% do total). Em seguida vêm os Estados do Rio de Janeiro, com 20.231 novas empresas (11,7%), e Minas Gerais, com 18.090 (10,4%).

Para o levantamento, são levadas em conta a quantidade mensal de novas empresas registradas nas juntas comerciais de todas as unidades federativas do Brasil e a apuração mensal dos CNPJs consultados pela primeira vez à base de dados da Serasa Experian.

Governo confirma corte de R\$ 10,7 bi no Orçamento com impacto maior para Cidades e Transportes

01/12/2015 – Fonte: R7

Veja os cortes que os ministérios sofrerão no Orçamento do ano que vem Divulgação
O governo federal confirmou nesta segunda-feira (30) o corte de R\$ 10,7 bilhões do Orçamento em função da crise econômica que atinge o País. Em nota, o Ministério do Planejamento detalhou que o contingenciamento chegará a R\$ 11,2 bilhões nas despesas federais, sendo R\$ 500 milhões em emendas impositivas e outros R\$ 10,7 bilhões de outras programações orçamentárias.

Os ministérios mais impactados pelos cortes foram Cidades (R\$ 1,6 bilhão), Transportes (R\$ 1,4 bilhão) e Integração Nacional (R\$ 1,1 bilhão) — veja a lista completa ao lado.

Segundo nota do Planejamento, "o contingenciamento adicional foi tomado em função do cenário econômico adverso, que resultou em grande frustração de receitas, e da interpretação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a conduta a ser adotada enquanto o Congresso Nacional avalia a solicitação de revisão da meta encaminhada pelo Poder Executivo".

A expectativa do governo é que os parlamentares votem em breve o projeto que altera a meta fiscal deste ano, para que o contingenciamento possa ser revertido e os recursos liberados.

— O cenário fiscal atual e as possíveis consequências do prolongamento do contingenciamento ora adotado para a prestação de serviços públicos fundamentais elevam ainda mais a importância da conclusão do processo de votação do PLN 5.

Foram preservadas despesas obrigatórias como salários de servidores, benefícios previdenciários e sociais e o pagamento do Bolsa Família. Além disso, estão mantidas as despesas mínimas com saúde e educação, seguro-desemprego e abono salarial.

Os R\$ 10,7 bilhões contingenciados se referem ao total disponível no orçamento para corte. Para cumprir a meta de superávit primário (economia do governo para pagar juros da dívida) atualmente em vigor, que é de R\$ 55,3 bilhões, o governo teria que cortar R\$

107,1 bilhões em gastos, mas não tem mais esses recursos no orçamento deste ano, já que grande parte já foi empenhada ou paga.

O novo contingenciamento é uma espécie de "shutdown" na máquina pública, paralisando despesas como investimentos, aluguel, água, luz, transporte, passagens, diárias e gastos com a manutenção dos órgãos.

De acordo com o Planejamento, será feita na tarde de hoje uma reunião com secretários-executivos de todos os ministérios para "minimizar o impacto do contingenciamento adicional sobre a sociedade".

— Essa reunião tem por objetivo orientar os órgãos sobre as medidas operacionais e estabelecer o monitoramento das principais consequências do corte adicional de despesas sobre a prestação de serviços públicos.

TABELA 1
REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO (R\$ milhões)

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Poder Executivo (exceto emendas impositivas)
20000 Presidência da República	99,8
22000 Agricultura	183,5
24000 Ciência, Tecnologia e Inovação	481,0
25000 Fazenda	327,7
26000 Educação	189,4
28000 Des. Ind. Com. Exterior	210,0
30000 Justiça	591,8
32000 Minas e Energia	99,3
33000 Previdência Social	143,0
35000 Relações Exteriores	175,3
36000 Saúde	-7,5
38000 Trabalho	90,8
39000 Transportes	1.446,5
41000 Comunicações	94,3
42000 Cultura	183,1
44000 Meio Ambiente	64,2
47000 Planejamento	62,2
49000 Des. Agrário	347,4
51000 Esportes	448,4
52000 Defesa	696,7
53000 Integração Nacional	1.099,6
54000 Turismo	162,9
55000 Des. Social e Combate à Fome	885,5
56000 Cidades	1.651,3
58000 Pesca e Aquicultura	54,8
60000 Vice-Presidência da República	0,8
61000 Sec Assuntos Estratégicos	5,3
62000 Sec Aviação Civil	448,0
63000 Advocacia Geral da União	27,5
64000 Sec Direitos Humanos	36,1
65000 Sec Políticas para as Mulheres	9,2
66000 Controladoria-Geral da União	27,5
67000 Sec Pol Promoção Igualdade Racial	17,4
68000 Secretaria de Portos	283,1
69000 Sec Micro e Pequena Empresa	12,7
71000 Encargos Fin. da União	0,0
73000 Transferências	-4,9
74000 Op. Oficiais de Crédito	0,0
TOTAL	10.652,2

Nível de confiança mostra que indústria pode ser 1º setor a se recuperar, diz FGV

01/12/2015 – Fonte: R7

O nível de confiança da indústria revela um abrandamento das quedas registradas neste ano e, se houver uma melhora da demanda interna nos próximos meses aliada aos reflexos positivos da alta do dólar, o setor pode ser o primeiro a apresentar uma retomada, já a partir do primeiro semestre do ano que vem.

A avaliação foi feita nesta segunda-feira, 30, pelo superintendente-adjunto para ciclos econômicos da Fundação Getúlio Vargas, Aloisio Campelo Jr., ao comentar os resultados deste mês da sondagem da indústria.

"O quarto trimestre ainda vai ser de retração na demanda interna, então ainda não é o momento para uma grande virada, mas se o consumo das famílias melhorar e a confiança não cair nos próximos meses, pode haver uma retomada da confiança no primeiro semestre de 2016", afirmou. Ele destaca que apenas o cenário mais favorável ao setor externo é insuficiente para reverter o quadro negativo da atividade industrial.

Após uma alta de 3,1 pontos do Índice de Confiança da Indústria (ICI) em outubro, a queda de 1,4 ponto em novembro, para 74,8 pontos, mostra que o processo de recuperação do setor não será rápido e que há bastantes dificuldades a serem enfrentadas pelos empresários. "Mas é a primeira vez no ano que a média móvel trimestral fica no campo positivo e isso pode sinalizar que o mês de agosto tenha sido o fundo do poço para a indústria", avaliou Campelo.

A instabilidade política é citada pelo especialista como um dos fatores que podem interferir negativamente no processo de retomada da confiança dos industriais, apesar de o ambiente de negócios apresentar alguns fatores positivos.

Impulsionadas pela alta do dólar e pelo conseqüente processo de substituição das importações, por exemplo, as indústrias de bens intermediários ganharam competitividade e foram as que apresentaram melhora mais significativa na leitura de novembro do ICI, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV.

O índice de confiança deste grupo é o mais elevado na abertura por categorias de uso, na marca dos 81,6 pontos, e foi o também o que apresentou maior avanço na média móvel trimestral na margem, com acréscimo de 1,9 ponto. "As indústrias de papel e celulose e de metalurgia têm participação em comércio exterior acima da média e as indústrias têxtil e química se beneficiam mais da substituição de importações", detalhou Campelo.

O fator câmbio também explica o fato de as percepções sobre a demanda externa, tanto a atual como a prevista para daqui a três meses, serem os únicos componentes da pesquisa a estarem em terreno positivo, em 101 e 106 pontos respectivamente, pela média móvel trimestral.

O ajuste do nível de estoques vem avançando há três meses, apesar de ter sido muito concentrado em bens de capital. Neste segmento, a proporção de empresas com estoques elevados recuou pela metade entre outubro e novembro, de 32,7% para 15,9%. Este ajuste, no entanto, foi insuficiente para influenciar as expectativas, porque a demanda interna segue fraca.

Nas indústrias de bens duráveis, especialmente em automóveis, 54,8% das empresas têm estoques acima do ideal. "Este é um setor com menos flexibilidade para produzir grandes ajustes de produção e por isso a adequação dos estoques pode estar demorando um pouco mais que o segmento de bens de capital", afirmou o especialista.

Segundo Campelo, o pico de empresas com estoque excessivo foi registrado em agosto. "Algum ajuste aconteceu entre agosto e novembro, mas ainda não se sabe se isso vai continuar melhorando", disse.

No campo das expectativas, as previsões para pessoal ocupado na indústria, apesar de ainda se encontrarem no terreno negativo, já estão melhores que as de comércio, serviços e construção e também pesaram para uma queda menos intensa da confiança no mês de novembro.

"Isso mostra que o ajustes na força de trabalho da indústria ainda não terminou, mas sinaliza que a intensidade dos cortes deve diminuir e ser menor que nos outros setores", estimou Campelo.

TSE diz que contingenciamento compromete votação eletrônica em 2016 e buscará verbas no Congresso

01/12/2015 – Fonte: Reuters

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que o contingenciamento anunciado pelo governo federal nesta segunda-feira compromete a realização de votação eletrônica nas

eleições municipais do ano que vem e que o presidente do tribunal, Dias Toffoli, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, trabalharão para que o Congresso libere as verbas necessárias para realização do pleito.

Mais cedo, portaria publicada no Diário Oficial assinada por Toffoli, Lewandowski e por representantes dos demais tribunais superiores, afirmou que o contingenciamento "inviabilizará as eleições de 2016 por meio eletrônico".

Em nota nesta tarde, o TSE afirmou que deverá deixar de receber 428,7 milhões de reais com o contingenciamento, "o que prejudicará a aquisição e manutenção de equipamentos necessários para a execução do pleito do próximo ano".

De acordo com a corte, o maior impacto será sobre a licitação já em andamento para aquisição de urnas eletrônicas, que tem despesa estimada de 200 milhões de reais e, de acordo com o TSE, prevê a contratação "imprescindível" até o final de dezembro.

"A demora ou a não conclusão do procedimento licitatório causará dano irreversível e irreparável à Justiça Eleitoral. As urnas que estão sendo licitadas têm prazo certo e improrrogável para que estejam em produção nos cartórios eleitorais", afirma a nota.

"Na espécie, não há dúvida que o interesse público envolvido há que prevalecer, ante a iminente ameaça de grave lesão à ordem, por comprometer as Eleições Eletrônicas Municipais de 2016."

A nota do TSE garante, ainda, que tanto Toffoli quanto Lewandowski "irão envidar todos os esforços no Congresso Nacional para que as verbas devidas sejam autorizadas, a fim de se garantir a normalidade das eleições do ano que vem".

O governo da presidente Dilma Rousseff tinha até esta segunda-feira para publicar o decreto sobre o contingenciamento, já que o Congresso Nacional ainda não votou a alteração da meta de resultado primário para este ano, prevendo déficit em vez de superávit. Com isso, o Executivo se viu obrigado a indicar cortes.

A votação estava prevista para quarta-feira da semana passada, mas foi afetada pela prisão do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), ex-líder do governo no Senado, por suspeita de obstrução no andamento da operação Lava Jato, que investiga esquema de corrupção na Petrobras. A sessão acabou sendo adiada esta terça-feira.

Endividamento de empresas brasileiras deve piorar em 2016, diz Fitch

01/12/2015 – Fonte: Reuters

A combinação de fraca atividade econômica brasileira e aumento das taxas de juros dos empréstimos deve pressionar as métricas de endividamento da maioria das empresas do país em 2016, disse nesta segunda-feira a agência de classificação de risco Fitch.

Em relatório, a agência citou nominalmente empresas como as siderúrgicas CSN e Usiminas, que poderiam se tornar inviáveis diante desse cenário. Além disso, a Fitch considerou que companhias como o grupo Camargo Corrêa, a Eletrobras e Oi podem ter seus ratings de crédito rebaixados.

"O aumento das taxas de juros brasileiras têm impedido a geração de fluxo de caixa livre (FCF), ameaçando a viabilidade de empresas como CSN e Usiminas e contribuindo para os downgrades da Camargo Corrêa, Eletrobras e Oi ", disse Cristina Madero.

A Fitch ressaltou que a taxa Selic subiu de 7,25 para 14,25 por cento ao ano desde 2013. Além disso, a linha de crédito mais barata do BNDES, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), passou de 5 para 7 por cento ao ano.

A Fitch calculou que 32 por cento das companhias avaliadas por ela no país hoje gastam mais de metade do resultado operacional medido pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês) com serviço da dívida, ante 24 por cento no fim de 2013.

"A maioria dos emissores não é capaz de evitar um aumento do custo da dívida local. Os mercados de capitais internacionais permanecem fechados para a maioria das empresas, devido a preocupações ligadas à deterioração do ambiente político e econômico do Brasil e incertezas relacionadas a várias investigações de corrupção", comentou a Fitch.

A agência lembrou ainda que apenas seis empresas brasileiras conseguiram acessar o mercado em 2015: Petrobras, Votorantim Cimentos, Oi, Embraer, Globo e BRF. Em 2014, 36 companhias haviam conseguido emitir papéis no mercado.

Editorial: Fúria tributária

01/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O governo federal vem falando há alguns meses em unificar dois tributos: o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que seriam substituídos por uma única contribuição, mantendo a mesma finalidade de financiar a Previdência Social e o Seguro Desemprego.

Há atualmente diferentes sistemas para cálculo do PIS e da Cofins. O primeiro deles é o não cumulativo, usada por empresas que calculam o Imposto de Renda pela modalidade de lucro real. O segundo é o sistema cumulativo, usado por empresas que calculam o IR pelo lucro presumido e por mais alguns setores indicados por lei. Há ainda um terceiro sistema, específico para micro e pequenas empresas.

Grande parte das empresas de serviço hoje paga PIS/Cofins na modalidade cumulativa, com alíquota de 3,65% (0,65% de PIS e 3% de Cofins) do faturamento. As que trabalham com a modalidade de tributação pelo lucro real pagam 9,25% (1,65% de PIS e 7,6% de Cofins), mas podem registrar como crédito o tributo que é pago pelos fornecedores de produtos ou matéria-prima.

O governo declara que não haverá aumento de carga tributária. Mas isso não é verdade. Pela proposta do governo, que ainda não foi formalmente apresentada à sociedade, desaparece o modelo cumulativo, passando todas as empresas, salvo algumas exceções, a serem tributadas com a alíquota unificada de 9,25%.

O governo faz o discurso da simplificação e da facilitação burocrática para as empresas e declara que não haverá aumento de carga tributária. Mas isso não é verdade. Apesar de o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, andar defendendo a proposta, o que deve vir pela frente é a elevação da carga tributária, em especial para o setor de serviços.

Isso porque, no caso desse setor, o insumo principal não é matéria-prima ou produtos, mas, mão-de-obra, que não pode ser creditada, a fim de descontar o PIS/Cofins já pagos por outras empresas da cadeia produtiva. Quando o principal insumo são recursos humanos, não há uma cadeia produtiva prévia, que permita a geração de créditos.

Os efeitos da proposta do governo são, portanto, bastante preocupantes. Cálculo feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) indicam que a unificação vai afetar o caixa de duas milhões de empresas, com aumento da carga tributária em aproximadamente R\$ 50 bilhões por ano.

Segundo o IBPT, quanto maior o peso da folha de pagamento de pessoal no orçamento das empresas, mais elas serão afetadas. Em casos de algumas áreas da economia, a proposta tem como efeito dobrar a tributação das empresas.

Ao afirmar que a proposta tem como objetivo a simplificação do sistema e que a mudança não trará aumento de carga tributária para as empresas nem crescimento de arrecadação, o governo mente duas vezes. Primeiro, porque, como já mencionado, a proposta irá elevar a carga tributária.

Segundo, ainda que se admitisse que, no conjunto, não houvesse aumento, a unificação penalizaria de forma desigual as empresas, tributando alguns setores, como o de serviços, mais que outros.

Com as contas públicas estouradas e sem conseguir reduzir o tamanho do governo para se ajustar ao PIB menor, o mote tem sido a tentativa incessante de elevações tributárias.

Se o governo tivesse mesmo a intenção de simplificar o confuso cipoal de leis e normas tributárias, um caminho possível seria a elaboração de um plano nacional a ser negociado com a sociedade, para uma reforma que tratasse da excessiva quantidade de tributos, do grande número de regras, das complexas exigências burocráticas e da instabilidade das leis.

A atual proposta de mexida no PIS e na Cofins é um remendo isolado e a única explicação para a insistência do governo em aprová-la agora é elevar a carga tributária. Convém lembrar que, quando a tentativa de recriar a CPMF foi rejeitada alguns anos atrás, o governo fez várias alterações em tributos, inclusive no PIS e na Cofins, com as quais elevou a carga de tributos e recuperou praticamente metade do que era a arrecadação da CPMF.

Nesse momento, o governo não está interessado em facilitar a vida das pessoas e das empresas.

A fúria tributária do governo já provocou aumentos tributários nos municípios, nos Estados e na União Federal, sobrecarregando pesadamente a população no momento em que o país vive uma recessão aguda refletida na queda do PIB em 2015 acima de 3,5%. Agora essa mesma fúria se volta mais uma vez sobre o setor produtivo.

Pramet expande sua gama de fresas com 90º graus de ângulo de posição

01/12/2015 – Fonte: CIMM

A popular gama de fresas de cantos a 90 graus da Pramet foi expandida com um novo programa de fresas, geometrias e pastilhas. Isso inclui um programa de fresas helicoidais para aplicações de desbaste.

Disponível para usinar profundidade de corte (ap) até 108,0mm, as fresas helicoidais são adequadas para uso com as versáteis pastilhas ADMX 16 da Pramet e suportam a usinagem média de quase todos os materiais da engenharia incluindo ferros fundidos, aços inoxidáveis e ligas de alumínio.

O amplo espaço entre os dentes de corte, combinado com a refrigeração interna, promove um eficiente escoamento dos cavacos. A fixação axial das pastilhas das extremidades de corte aumenta a estabilidade do fresamento. Isso gera menos ruído e vibração que consequentemente reduz o desgaste da ferramenta.

Karel Tiefenbach, gerente de produtos para fresamento intercambiável na Dormer Pramet, diz: "A nova linha de fresas helicoidais oferece desempenho extra e confiabilidade para uma variedade de operações que inclui fresamento de cantos a 90 graus, usinagem de canais e contornos. Nossa gama ADMX 16 é uma de nossas pastilhas mais populares.

A criação de uma nova fresa expande ainda mais a versatilidade deste programa. Agora, os clientes podem usar o mesmo tipo de pastilhas para várias fresas e aplicações, oferecendo um serviço mais eficiente e confiável”.

Como parte do lançamento, duas novas geometrias positivas – MF e MM – foram acrescentadas para fresamento de aços inoxidáveis, aços com baixo teor de carbono e materiais não ferrosos.

As duas novas geometrias são altamente positivas. A MF é ideal para usinagem leve e operações de acabamento; A MM apresenta aresta de corte reforçada para operações de semi desbaste e acabamento.

Para uso com pastilhas para fresamento de cantos a 90 graus, a ADMX11 e a ADMX16, bem como a linha LNGX12, apresentam um novo ângulo de saída positivo das novas geometrias, forças de corte reduzidas e menos consumo de energia.

Enquanto isso, a Pramet também expandiu sua linha de pastilhas para fresamento de cantos a 90 graus. Os novos raios e geometrias foram adicionados ao programa LNGU/LNMU16 para fornecer mais opções de escolha.

Outras opções com quatro raios estão disponíveis para oferecer uma gama de tamanhos de 0,8 mm a 4,0 mm. As novas geometrias incluem F, M e R para usinar aços inoxidáveis, aços e ferros fundidos. Uma geometria FA altamente positiva é adequada para cobre e alumínio.

Uma visão geral de todas as novas gamas intercambiáveis lançadas pela Dormer Pramet em novembro de 2015 está disponível em nosso último folder de produtos. Para mais informações, entre em contato com seu escritório de vendas Dormer Pramet local.

Argentina de Macri pode comprar mais máquinas brasileiras

01/12/2015 – Fonte: CIMM

A eleição de Mauricio Macri para a presidência da Argentina pode favorecer as exportações brasileiras de máquinas e equipamentos para aquele país, avalia o diretor de Comércio Exterior da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Klaus Curt Müller.

O país vizinho, no entanto, precisará do apoio do Brasil no financiamento das exportações argentinas, acrescenta. "Como o país estaria financiado, não precisaria desembolsar dólar", explicou. Müller diz que Macri tende a estimular as exportações para ampliar as reservas em dólar do país e, para vender mais ao mercado externo, a Argentina precisará importar insumos.

No caso das máquinas agrícolas, ele estima que as vendas para a Argentina, principal mercado brasileiro no segmento, podem crescer até 40% se o país tiver oferta de crédito.

Nos últimos anos, as restrições às importações se deviam à escassez da moeda norte-americana. E o setor de insumos e bens de capital foi um dos mais afetados, sendo que muitas empresas tiveram suas operações na Argentina inviabilizadas.

Isso deve mudar agora, diz Müller. Segundo ele, a tendência é de que Macri flexibilize a importação de itens de origem brasileira necessários à produção de artigos da pauta de exportação da Argentina, entre eles máquinas e implementos agrícolas.

"Haverá uma racionalização no sentido de eliminar barreiras para matérias-primas, máquinas e equipamentos, dentro dos limites de reserva (de dólar) do país". Mas, se não

financiar estas exportações e contar apenas com a redução de barreiras, o Brasil ampliaria suas vendas externas neste segmento somente em até 15%, segundo Müller.

A Argentina já é o principal parceiro comercial do País no setor de máquinas agrícolas e de irrigação (excluindo tratores), segundo dados da Abimaq. Em 2015, de janeiro a outubro, o país importou US\$ 108 milhões em máquinas agrícolas e de irrigação, 19% de um total de R\$ 568 milhões exportados globalmente pelo Brasil.

Em comparação com o mesmo período de 2014, as exportações para a Argentina na categoria cresceram 10%, segundo a Abimaq. "Poderia ter sido maior não fossem as restrições impostas. E, se tivesse linha de financiamento (do Brasil), teria sido bem maior", afirmou Müller.

Apesar da atual crise econômica por que passa o Brasil, ele acredita que existem formas e meios para o País facilitar a compra de máquinas pelos argentinos. "Olhando friamente, é o roto ajudando o rasgado. Mas, estrategicamente, esses valores podem ser buscados em outros órgãos fora do Brasil.

São equações para os governos sentarem e discutirem. Formas existem. O que interessa para o Brasil? Exportar manufatura. E para a Argentina? Tornar sua agricultura mais moderna", afirmou. É nesta situação que o aumento das exportações brasileiras de máquinas e equipamentos agrícolas poderia ser de 20% a 40%, na avaliação do executivo.

Ele lembrou, ainda, que o Brasil conta com cerca de R\$ 2 bilhões do Programa de Financiamento à Exportação (Proex), do governo federal, que poderiam ser parcialmente utilizados no financiamento destas operações.

Outros segmentos de máquinas relevantes à produção argentina que poderiam ser beneficiados pela mudança são a indústria de caldeiraria, metal mecânica, ferramentas, tornos, fresas e máquinas para setor do plástico, na avaliação do diretor da Abimaq.

"Vai depender do direcionamento que o governo argentino vai dar. Temos de esperar os próximos dois, três meses para entender quais setores serão priorizados". Na segunda-feira, Macri afirmou que o primeiro país que visitará após tomar posse será o Brasil.

O diretor da Abimaq comentou, ainda, sobre os planos de Macri de mexer na política cambial da Argentina, o que poderia eventualmente gerar uma desvalorização do peso ante o dólar e tornar os produtos de fora do país, dentro os quais os brasileiros, mais caros.

"Se isso acontecer, vai ter aumento do custo do produto (brasileiro) lá dentro. É mais um motivo para o Brasil criar uma situação especial para suas exportações, para obter condições diferenciadas para exportar".

Ennio Crispino deixa a presidência da Abimei

01/12/2015 – Fonte: CIMM

A Associação Brasileira dos Importadores de Máquinas e Equipamentos Industriais (Abimei), anuncia o executivo Paulo Castelo Branco como novo presidente da instituição. Antes de assumir a presidência, Castelo Branco já atuava como vice-presidente da associação. O executivo também é diretor-geral da Tecnopress Automação Industrial, empresa associada da Abimei.

O primeiro passo de Castelo Branco será a elaboração do planejamento estratégico da entidade para os próximos cinco anos, com foco em questões prioritárias para os

associados, como a defesa das premissas que reforçam a importância da importação de máquinas importadas para a indústria brasileira.

Formado em Economia e com pós-graduação em administração e gestão pela FAAP, o novo presidente da Abimei possui mais de 28 anos de experiência no mercado de automação industrial para processos de conformação de metais.

Já Ennio Crispino, ex-presidente da entidade, assume o cargo de assessor de Inovação Industrial. Na atual posição, Crispino está engajado nos projetos da instituição voltados a parcerias e que reforcem a credibilidade da Abimei junto ao mercado em geral.

Toyota, Honda e Nissan lideram patentes entre as montadoras

01/12/2015 – Fonte: Automotive Business

Levantamento anual feito pela Thomson Reuters publicado este mês mostra que as montadoras japonesas e seus fornecedores ocupam lugar de destaque entre as 100 corporações que mais registram patentes de suas inovações.

Três fabricantes de automóveis, um de motos e quatro de sistemas e componentes com sede no Japão ocupam oito lugares no ranking das dez empresas mais inovadoras do setor automotivo. O grupo é liderado por Toyota, Honda e Nissan. Completam a lista Aisin Seki, Bridgestone, JTeht, Yamaha and Yazaki.

Somente montadoras japonesas entraram na lista completa das 100 empresas que mais registraram patentes globalmente. Toyota e Honda lideram o ranking da Thomson Reuters pelo quinto ano consecutivo.

Entre os fornecedores, além dos quatro japoneses também aparecem a francesa Valeo e a Johnson Controls, sediada nos Estados Unidos. Levando em conta todos os setores, este ano estão entre os maiores patenteadores 40 companhias japonesas e 35 estadunidenses, incluindo algumas que fornecem para clientes automotivos e não-automotivos, como Panasonic, Dow Chemical, Freescale, DuPont e Honeywell.

A lista atual não especifica quais tipos de patentes foram registradas, mas um outro relatório da Thomson Reuters divulgado em janeiro deste ano oferece uma visão mais ampla sobre as inovações do setor. Segundo esta pesquisa, de 2009 a 2013 as empresas mais inovadoras do setor automotivo foram Toyota, Bosch, Hyundai, Honda e Denso, cada um em campos distintos.

Nesse período de quatro anos, a alemã Robert Bosch apresentou o maior número de inovações em sistemas de assistência ao motorista, como monitoramento de campo cego, frenagem inteligente e detecção de pedestres. Quem mais registrou patentes relacionadas à economia de combustível foi a coreana Hyundai.

A japonesa Toyota e a americana General Motors intensificaram suas inovações na área da direção autônoma. Para telemática a líder de desenvolvimento foi a GM. A também americana Johnson Controls centrou suas patentes no head-up display, que projeta informações de velocidade, navegação e piloto automático à frente do campo de visão do motorista, acima do capô do veículo – a empresa vendeu esta unidade de negócios para a Visteon e Universal Display.

Veja abaixo, em ordem alfabética, a lista das dez empresas do setor automotivo que mais apresentaram patentes no último ano, segundo levantamento da Thomson Reuters:

- Aisin Seki
- Bridgestone

- Honda
- Johnson Controls
- JTeht
- Nissan
- Toyota
- Valeo
- Yamaha
- Yazaki

Após ano ruim, Iveco mira exportação

01/12/2015 – Fonte: Automotive Business

“O mercado de caminhões no Brasil desceu a um nível tão baixo que não paga mais os custos fixos. Com esses volumes está fácil rasgar dinheiro.” O alerta é de Vilmar Fistarol, presidente da CNH Industrial, companhia que entre outras marcas de bens de capital controla a fabricante de caminhões Iveco.

Após quase uma década de investimentos para se tornar uma marca “full line” no País, com fábrica em Sete Lagoas (MG) que produz amplo portfólio com cinco famílias de modelos leves, médios, semipesados e pesados, a montadora mal utiliza um quarto da capacidade instalada na unidade mineira.

Como não se espera por nada muito melhor do mercado brasileiro em 2016, a única saída é tentar aumentar as exportações.

“Com o câmbio do jeito que era a R\$ 1,60 por dólar não tínhamos nenhuma chance de competir no mercado internacional. Agora, com a desvalorização do real no atual estágio, podemos voltar a tentar ocupar nossa capacidade com vendas ao exterior”, afirma Fistarol. “Mas esse não é um mercado que se desenvolve do dia para noite, ainda leva algum tempo”, lembra.

Segundo Marco Borba, vice-presidente da Iveco América Latina, as exportações a partir da unidade brasileira já cresceram 400% este ano, mas como a base de comparação é muito baixa ainda não há motivo para se comemorar o gordo porcentual, que na prática significa apenas 460 unidades de janeiro a novembro somam, a maior parte embarcada para a Argentina – que compra do Brasil os leves Daily e médios Vertis, enquanto produz o resto da linha vendida no país na fábrica de Ferreyra, em Córdoba, que também recebeu investimentos em torno de US\$ 250 milhões nos últimos anos e tem capacidade para fazer 15 mil caminhões/ano.

Com a mudança na Argentina da legislação de emissões, que a partir de janeiro de 2016 passa a ser equivalente à do Brasil com a adoção de motorização Euro 5 para ônibus e caminhões, as duas fábricas passam a produzir portfólio também equivalente.

“Isso ajuda a obter ganhos de escala em tecnologia e troca de peças”, destaca Fistarol. Um desses ganhos está no aumento da produção de motores Euro 5 pela FPT, também parte do grupo CNH Industrial, tanto na unidade brasileira como na argentina. “Hoje temos na América Latina produtos com o mesmo nível de tecnologia e qualidade de qualquer lugar do mundo”, complementa Borba.

Apesar da equivalência de produtos e capacidades ociosas em ambos os lados da fronteira entre os dois maiores sócios do Mercosul, atualmente as maiores chances de exportação ficam com o Brasil.

“A Argentina ainda tem um longo caminho para percorrer para se tornar competitiva, precisa resolver a questão do câmbio oficial defasado”, lembra Fistarol.

RISCO DO BAIXO VOLUME

Se o mercado brasileiro não retomar seu vigor, vai comprometer qualquer tipo de evolução de produtos no futuro. Embora reconfirme o investimento de R\$ 650 milhões da Iveco no Brasil entre 2014 e 2016, Fistarol lembra que o programa foi decidido em um momento que o cenário futuro parecia bem melhor do que o atual.

“Não dá mais para voltar atrás, mas com os volumes atuais ninguém mais trará evoluções tecnológicas para cá, porque o mercado não paga mais por elas”, alerta Fistarol. “Com o perfil de preços praticados hoje a política é de mera sobrevivência. Vamos andar para trás se continuar assim.”

Para o executivo, de nada adianta ganhar mais participação de mercado diante do quadro atual. “Até desistimos de participar de algumas concorrências porque não queremos vender preço”, diz Fistarol. De janeiro a novembro as vendas da Iveco no Brasil já caíram quase 50%, para cerca de 4 mil caminhões emplacados, com market share em torno de 6%. “Com os investimentos que fizemos para ser um full liner não conseguimos ampliar nosso market share, mas ao menos sustentamos a rede com oferta de serviços”, pondera.

As perspectivas para 2016 não são melhores: “Devemos andar de lado. Esperamos por mercado total em torno de 75 mil a 80 mil caminhões, talvez um pouco melhor do que foi 2015”, estima Marco Borba.

“Eu achava que tínhamos chegado ao fundo do poço quando o volume era de 100 mil. Ficou bem pior e é difícil imaginar que fique ainda pior do que isso.” O chefe da Iveco na América Latina também valia que o setor terá de aprender a conviver com financiamento mais caro: “Não acredito que o Finame-PSI será renovado em 2016. O governo deve subir a taxa e oferecer somente o Finame com TJPL”.

Borba lamenta a imprevisibilidade do cenário atual: “A cadeia de fornecimento nos pede previsão de seis meses, mas como vou fazer isso se nem sei ainda se vai haver financiamento ou não”, pergunta.

“Isso cria um ambiente hostil aos negócios.” Ainda assim, a projeção é de que o mercado brasileiro ainda traz boas oportunidades: “Sabemos que vai reagir e é muito maior do que o atual”, finaliza.

AGU abre ação contra Samarco e pede indenização de R\$ 20 bilhões

01/12/2015 – Fonte: Época Negócios



A Advocacia-Geral da União (AGU) ajuizou na tarde desta segunda-feira (30/11) na Justiça Federal do Distrito Federal, a ação civil pública contra a mineradora Samarco e suas controladoras, a Vale e a BHP. A ação, feita em conjunto com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, pede indenização de pelo menos R\$ 20 bilhões pelos danos ambientais provocados pelo rompimento da barragem Fundão, em Mariana (MG).

De acordo com a AGU, os recursos devem ser usados em ações para contenção dos impactos, revitalização da bacia do Rio Doce e indenização das pessoas afetadas pelo desastre.

A intenção de o governo federal entrar com uma ação conjunta com os estados afetados foi anunciada na sexta-feira (27/11), durante entrevista coletiva concedida pelos ministros da AGU, Luís Inácio Adams, e do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, além do procurador-geral do Espírito Santo, Rodrigo Rabello.

Na ocasião, Adams explicou que a ação iria propor à Justiça que qualquer valor pago pelas mineradoras não seja direcionado para os cofres da União ou dos estados atingidos pelo desastre, mas sim para um fundo que deverá financiar exclusivamente as ações de reparação dos danos.

Brasileiros e asiáticos criam mineradora de US\$ 16 bilhões

01/12/2015 – Fonte: Folha de S.Paulo



A siderúrgica CSN anunciou nesta segunda-feira (30) a criação de outra mineradora, a Congonhas Minérios. A companhia reunirá a atividade de mineração da Namisa, na qual a CSN tem sócios asiáticos, e negócios que pertenciam antes apenas à siderúrgica: a mina Casa de Pedra, uma das maiores do país, uma fatia de 18,63% na ferrovia MRS e um terminal portuário em Itaguaí, no Rio.

Com capacidade de produzir 60 milhões de toneladas de minério por ano, a Congonhas nasce como uma das maiores mineradoras do mundo. Segundo a CSN, é avaliada em US\$ 16 bilhões (R\$ 62,2 bilhões).

A CSN terá o controle da nova mineradora, com 87,52% das ações. Os asiáticos ficarão com 12,48% do negócio.

NOVELA

O acerto põe fim a uma longa disputa entre Benjamin Steinbruch, dono da CSN, e o consórcio de investidores japoneses, chineses e sul-coreanos que, em 2008, comprou 40% da Namisa.

Os asiáticos, que investiram US\$ 3 bilhões na companhia, passaram a acusar Steinbruch de não cumprir sua parte no trato e a exigir o valor desembolsado de volta.

O empresário propôs então a formação da nova empresa sob o argumento de que, ao unir as duas operações, haveria ganhos de produtividade.

Mas as duas partes nunca chegavam a um consenso sobre a participação final que cada uma teria no negócio. Em 2013, a CSN chegou a anunciar que "desentendimentos" poderiam levar à dissolução da parceria.

No final de 2014, um acordo enfim foi assinado. Steinbruch tinha até o final de 2015 para colocar de pé a nova empresa. Com o anúncio desta segunda, fica livre de devolver os US\$ 3 bilhões.

Para selar o negócio, os japoneses exigiram, contudo, que o brasileiro lhes pagasse US\$ 680 milhões. O valor fez com que a CSN aumentasse a fatia no negócio em 4%, para os 87,52% anunciados.

EM BOA HORA

O acordo chegou em bom momento, mas não foi o suficiente para animar os investidores – as ações da CSN fecharam em queda de 6,46%.

Com uma dívida crescente e prejuízo acumulado de quase R\$ 800 milhões no ano, a CSN luta para encontrar uma saída para sua situação financeira.

O plano é alongar dívidas de curto prazo, segurar investimentos e vender o que for possível. Já foram oferecidas ao mercado as ações remanescentes na MRS, participações em hidrelétricas, um terminal de grãos em Itaguaí e ações da rival Usiminas.

*

RAIO-X

CONGONHAS MINÉRIOS

Capacidade de produção

60 milhões de toneladas por ano

Sócios

CSN (87,52%) e consórcio de asiáticos (12,48%)

Ativos

minas da Namisa, mina Casa de Pedra, ações da MRS (18,63%) e porto em Itaguaí (RJ)

Principais concorrentes

Vale e Samarco

Ações da mineradora Vale atingem menor valor em dez anos

01/12/2015 – Fonte: Folha de S.Paulo

Na segunda sessão seguida de queda forte, as ações da mineradora Vale atingiram, nesta segunda (30), o valor mais baixo desde agosto de 2005.

O desempenho reflete preocupações dos investidores com os custos para remediação da área atingida pelo acidente da Samarco, empresa controlada pela Vale e BHP, em um cenário de minério cada vez mais barato. "A Vale está vivendo seu inferno astral, disse o analista Pedro Galdi, do site Whatscall.

As ações preferenciais (mais negociadas) da Vale caíram 4,06% nesta segunda, para R\$ 10,63 cada. Segundo levantamento da consultoria Economatica, é o menor valor desde 5 de agosto de 2005. Já as ações ordinárias, com direito a voto, caíram 0,98%, a R\$ 13,17, o pior nível desde 24 de agosto de 2005.

Desde o dia anterior ao rompimento das barragens, em 5 de novembro, as ações preferenciais acumulam queda de 24,5% e as ordinárias, de 22,3%. Na sexta (27), o governo anunciou que entrará com uma ação propondo a criação de um fundo de R\$ 20 bilhões para recuperar as áreas atingidas.

Galdi diz que o preço do minério e o acidente em Mariana têm afetado a percepção dos investidores sobre a Vale e sua sócia, a BHP. As ações da BHP caíram 1,32% nesta segunda, em Londres, também atingindo níveis de dez anos atrás.

"A situação é complicada e ninguém sabe realmente quão grande será a fatura", comenta o analista Peter Arendas, do Seeking Alpha.

Nesta terça (1), a empresa enfrentará investidores estrangeiros no Vale Day, evento anual realizado pela mineradora em Nova York.

01/12/2015 – Fonte: Folha de S.Paulo

Arrefeceu nos últimos dias a onda ou campanha em favor da troca do ministro da Fazenda. Menos mal, porque não fazia e não faz nenhum sentido propor uma mudança simplesmente para criar um fato novo.

Uma substituição nesse que é o principal cargo da gestão econômica do país não pode ocorrer sem que o novo ministro assuma algum tipo de compromisso. Se não for assim, trocar para quê?

A economia se deteriorou de forma muito rápida desde o início do ano. Nessa conjuntura de crise cada vez mais profunda, cabe a toda a sociedade discutir as obrigações de um eventual novo ministro da Fazenda. Tenho meus palpites. Em resumo, sua principal tarefa, além de cuidar do equilíbrio das contas públicas, e promover, seria a de restabelecer a confiança.

É impressionante o silêncio da classe empresarial produtiva a respeito desse assunto. A indústria encolhe mês a mês, o país perde cerca de 190 mil empregos a cada 30 dias, há 9 milhões de pessoas desempregadas e a recessão atinge 3%. Já se dá como certa uma queda do PIB (Produto Interno Bruto) de 2% no ano que vem. Apesar disso, não se move uma única palha para mudar a tendência.

Em vez disso, prepara-se a substituição de um ministro da Fazenda originário do mercado financeiro por outro também ligado ao mercado financeiro. Será que é hora de entregar o cargo a mais um ministro dessa área?

Claro que não. O novo ministro, se houver a troca, terá de representar os vários setores da economia. É muito importante, por exemplo, que ele olhe para agronegócios, comércio, serviços e em especial para a indústria, em processo de aniquilamento, e que consiga dialogar e firmar alianças com a classe política, para que suas propostas tenham chance de aprovação quando chegarem ao Congresso Nacional.

E não adianta criticar os deputados e os senadores e chamá-los de irresponsáveis porque não aprovam todas as medidas de ajuste fiscal, por exemplo. Eles votam politicamente, e não há como ser diferente. Precisam ser convencidos de que os sacrifícios muitas vezes exigidos por políticas de austeridade serão recompensados mais à frente, não em longo prazo, porque no longo prazo, como dizia John Maynard Keynes, estaremos todos mortos.

Que o eventual novo ministro não venha com esse discurso único de ajuste fiscal, porque isso é depressivo e só leva o país para o buraco. O equilíbrio das contas públicas não pode ser uma política de governo. É uma responsabilidade básica de qualquer governo.

As pessoas normais entendem isto muito bem: ninguém pode gastar durante todo o tempo mais do que ganha e isso vale para indivíduos, famílias, empresas e governos.

A atuação de um ministro de país emergente deve ir além do compromisso com o equilíbrio fiscal. Precisa incluir um plano de crescimento da economia, investimentos e criação de empregos.

Além disso, o ministro tem a obrigação de propagandar seu plano, mostrar que acredita nele, para transmitir e sonhar confiança. Nos momentos difíceis, muito mais do que em épocas de bonança, é necessário adotar um discurso otimista, de fé no crescimento econômico e no desenvolvimento.

Essa palavra –confiança– há algum tempo desapareceu dos discursos oficiais.

(Benjamin Steinbruch- empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp.)

WEG entra na 1ª prévia do Ibovespa; saem BR Properties, Gol, Souza Cruz e Santander Brasil

01/12/2015 – Fonte: R7

A ação da fabricante de motores elétricos e tintas industriais WEG foi incluída na primeira prévia da carteira do Ibovespa que irá vigorar de janeiro e abril de 2016, divulgou a Agência Bovespa na manhã desta terça-feira.

A primeira versão da nova composição do índice de referência do mercado acionário brasileiro excluiu os papéis da empresa de investimentos em imóveis comerciais BR Properties, da companhia aérea Gol, do banco Santander Brasil e da fabricante de cigarros Souza Cruz.

Economia do Brasil cai no 3º trimestre e tem maior queda desde 1996

01/12/2015 – Fonte: R7



A economia brasileira manteve o quadro de recessão com o terceiro resultado negativo seguido, de acordo com dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta terça-feira (1º).

No terceiro trimestre deste ano, o PIB (Produto Interno Bruto) — soma de todas as riquezas produzidas pelo País — caiu 1,7% em relação ao trimestre anterior, na série com ajuste sazonal.

Em comparação ao mesmo período de 2014, o PIB ficou negativo em 4,5%, a maior queda desde o início da série histórica iniciada em 1996.

A Agropecuária recuou 2,0% nessa comparação. A Indústria caiu 6,7%. No setor de Serviços houve queda de 2,9% nessa comparação, com destaque para Comércio (-9,9%) e Transporte, armazenagem e correio (-7,7%).

O Consumo das Famílias (-4,5%) teve a terceira queda consecutiva nessa comparação. Segundo o IBGE, os responsáveis pela queda nas despesas das famílias foram o aumento do desemprego, a piora na renda, além da alta dos juros e da inflação no período.

No acumulado em quatro trimestres, o PIB recuou 2,5%. Nessa forma de comparação, apenas a agropecuária teve resultado positivo no lado da produção. No lado das despesas, a exportação teve resultado positivo de 0,1%.

De janeiro a setembro o PIB acumula queda de 3,2%, também somente agropecuária e exportação tiveram crescimento.



Em valores correntes, o PIB alcançou R\$ 1,481 trilhão, sendo R\$ 1,267 trilhão referentes ao valor adicionado e R\$ 214,2 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. A taxa de investimento no terceiro trimestre de 2015 foi de 18,1% do PIB, inferior à do mesmo período de 2014 (20,2%). A taxa de poupança foi de 15,0% no terceiro trimestre de 2015 (ante 17,2% no mesmo período de 2014).

Setores

O PIB recuou 1,7% em relação ao segundo trimestre do ano, na série com ajuste sazonal. A Agropecuária (-2,4%), a Indústria (-1,3%) e os Serviços (-1,0%) recuaram.

Na Indústria, a maior queda se deu na Indústria de Transformação: retração de 3,1%. Construção civil (-0,5%) e Extrativa mineral (-0,2%) também registraram resultado negativo no terceiro trimestre do ano. Já a atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana apresentou crescimento de 1,1%.

Nos Serviços, Administração, saúde e educação pública (0,8%) e Intermediação financeira e seguros (0,3%) apresentaram resultados positivos. As demais atividades sofreram retração em relação ao trimestre imediatamente anterior: Comércio (-2,4%), Outros serviços (-1,8%), Transporte, armazenagem e correio (-1,5%), Serviços de informação (-0,5%) e Atividades imobiliárias (-0,1%).

Pela ótica da despesa, a Formação Bruta de Capital Fixo teve o nono trimestre consecutivo de queda nessa comparação: -4,0%. A Despesa de Consumo das Famílias (-1,5%) caiu pelo terceiro trimestre seguido.

Já a Despesa de Consumo do Governo cresceu 0,3% em relação ao trimestre anterior. No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços tiveram queda de 1,8%, enquanto que as Importações de Bens e Serviços recuaram 6,9% em relação ao segundo trimestre de 2015.

Valores correntes

O Produto Interno Bruto no terceiro trimestre de 2015 totalizou R\$ 1,481 trilhão. A taxa de investimento no terceiro trimestre de 2015 foi de 18,1% do PIB, abaixo do observado no mesmo período de 2014 (20,2%). A taxa de poupança foi de 15,0% no terceiro trimestre de 2015 (ante 17,2% no mesmo período de 2014).

Revisão das séries anteriores

Com a conclusão da implantação da nova Série do Sistema de Contas Nacionais – Referência 2010, as Contas Nacionais Trimestrais retomam sua rotina de realizar revisões mais abrangentes no terceiro trimestre de cada ano.

Os resultados referentes a 2014 e 2015 foram revistos. Com isso o PIB do primeiro trimestre deste ano passou de -1,6% para -2,0%, e o do segundo trimestre foi de -2,6% para -3,0%.

Artigo: Fraquezas do aço

01/12/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



A indústria siderúrgica brasileira vive a maior crise de sua história, conforme apontam os líderes do setor. Eles, no entanto, reivindicam o tratamento errado para o diagnóstico errado.

O Instituto Aço Brasil, organismo que defende os interesses do setor, divulgou levantamento que mostra que a indústria opera a 61% de sua capacidade. Dois altos-fornos, quatro aciarias e oito laminadoras estão paralisados.

A Usiminas decidiu fechar a histórica Cosipa, instalada em Cubatão. As projeções são de que, somados os resultados de 2014 e 2015, as demissões cheguem a 29 mil funcionários.

Os problemas do setor têm duas principais causas: a queda da demanda interna, em consequência da forte recessão; e o excesso de estoques no mercado internacional, avaliado em 700 milhões de toneladas, quase 20 vezes a capacidade de produção anual do Brasil.

Esse excesso de estoques, por sua vez, é consequência tanto da queda da demanda global quanto do aumento excessivo da capacidade de produção em anos anteriores.

Ou seja, a crise da siderurgia brasileira não é muito diferente da que atinge seus principais clientes brasileiros. As vendas de veículos em 2015 (até outubro) caíram 24,2%; as de eletrodomésticos de linha branca recuaram 14% até setembro; e a produção de bens de capital caiu 23,5%.

O lobby do setor quer mais proteção alfandegária sob o argumento de que enfrenta concorrência desleal dos produtos chineses. Quer que o Imposto de Importação suba dos 8% a 14% para 15% a 20%.

Quer, portanto, empurrar para seus consumidores, especialmente para a indústria de bens de capital, para o setor de veículos, de aparelhos domésticos e para a construção civil o problema que enfrenta com o encalhe de produção.

O aumento das taxas alfandegárias seria a solução adequada se o Brasil estivesse sendo asfixiado por uma baixa artificial de preços. No entanto, a derrubada é apenas consequência do desequilíbrio entre oferta e procura.

De mais a mais, os números disponíveis não mostram que o volume de importações do Brasil apresenta situação anormal. A entrada física de aço vem caindo mais ou menos o que vêm caindo as vendas internas.

Aumentar os preços do aço com mais impostos é empurrar mais custos sobre a indústria de transformação e sobre a construção civil. É empurrar o ajuste e o desemprego para outros elos da cadeia de produção e de consumo, sem que os problemas de fundo sejam atacados.

Se a questão fosse a competição desleal da China, como tem sido dito, a solução não seria punir o consumidor interno com aumento de preços, num momento em que também

está prostrado pela crise, mas promover ações cirúrgicas antidumping no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

A indústria siderúrgica já foi beneficiada pelo grande empurrão cambial. Em 12 meses, a alta do dólar no câmbio interno é superior a 50%.

Além de uma falsa solução, como ficou dito, mais proteção alfandegária é apenas um jeito de perpetuar distorções.

CONFIRA:

● Contas do setor público*

RESULTADO PRIMÁRIO, ACUM. EM 12 MESES, EM % DO PIB



*Governo central, Estados, municípios e estaduais (com exceção da Petrobrás e Eletrobrás)

FONTE: BANCO CENTRAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Evolução do resultado primário do setor público.

Inspeção

Os diretores da Standard & Poor's, a agência de avaliação de risco que já rebaixou o Brasil a grau de especulação, desembarcam nesta terça-feira para conferir a saúde da situação fiscal do País.

O governo Dilma não tem nada de bom a mostrar. E isso pode apressar o rebaixamento em mais um degrau. Se isso acontecer, as outras duas agências, a Moody's e a Fitch, podem se ver pressionadas a também rebaixar os títulos do Brasil. A ver.

(Celso Ming: Colunista do Estado de S. Paulo).

Taxação de lucros e dividendos poderia substituir CPMF

01/12/2015 – Fonte: Contábeis.com

A proposta é do Conselho Federal de Economia, ao estimar que a troca renderia ao governo R\$ 43 bilhões por ano caso fosse aplicada a alíquota de 15% incidente sobre rendimentos de capital.

A cobrança de Imposto de Renda (IR) sobre lucros e dividendos poderia substituir, com vantagem, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A sugestão foi apresentada pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon).

A entidade pediu a restituição do tributo, que deixou de ser cobrado em 1995, em carta aberta à Presidência da República e ao Congresso Nacional.

De acordo com o Cofecon, a medida renderia ao governo R\$ 43 bilhões por ano caso fosse aplicada a alíquota de 15% incidente sobre rendimentos de capital.

Se fosse aplicada a tabela progressiva, com teto de 27,5%, a receita extra subiria para R\$ 59 bilhões por ano. Recentemente, o governo federal reduziu de R\$ 32 bilhões para R\$ 24 bilhões a estimativa de arrecadação da CPMF em 2016, caso o tributo seja recriado.

“Essa é uma medida que levanta muito mais recursos que a CPMF e de implantação mais simples”, disse o presidente do Cofecon, Paulo Dantas. Além de ajudar a equilibrar as contas públicas, a medida, segundo ele, traz justiça social à medida que aumenta a tributação sobre os mais ricos. “No Brasil, cobra-se pouco imposto sobre as altas rendas”, acrescentou.

O Cofecon apresentou estatísticas da Receita Federal para comprovar como o sistema tributário brasileiro favorece os mais ricos.

Em 2014, as 71.440 pessoas mais ricas do país, cujos rendimentos médios mensais superam R\$ 108,5 mil, pagaram, em média, 6,7% do IR. Para as faixas intermediárias, com rendimentos mensais entre R\$ 13,6 mil e R\$ 27,1 mil, a alíquota média somou 11,8%.

Com a incidência de IR sobre os lucros e os dividendos, o imposto médio para as maiores faixas de renda subiria para 13,2%, com alíquota de 15%, e para 17,5%, com a aplicação da tabela progressiva.

De acordo com a entidade, esse tipo de taxaçaõ vigora em 35 dos 36 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo que reúne os países mais industrializados do mundo, mas do qual o Brasil não faz parte.

Segundo o Cofecon, a retomada da cobrança do IR nessa modalidade aumentará a justiça tributária no país. No Brasil, 23% dos tributos cobrados incidem sobre a renda e o patrimônio e 50% sobre o consumo.

Nos Estados Unidos, a proporção é contrária: 45% sobre a renda e o patrimônio e 20% sobre o consumo. A tributação sobre o consumo pune os mais pobres porque eles consomem, proporcionalmente, maior parcela da renda em impostos quando compram um produto.

De acordo com Dantas, além de melhorar a distribuição da carga tributária, a taxaçaõ dos lucros e dos dividendos pode elevar a competitividade da economia brasileira.

“Com a arrecadaçaõ extra, o governo poderia abrir mão de tributos que oneram o setor produtivo, contribuindo para a criaçaõ de empregos e a retomada do crescimento”, declarou.

Demanda fraca aprofunda contraçaõ do setor industrial do Brasil em novembro, mostra PMI

01/12/2015 – Fonte: DCI

Com a fraqueza da demanda, o setor industrial brasileiro reduziu a produçaõ a um ritmo forte em novembro e cortou o número de funcionários à taxa mais rápida em mais de seis anos e meio, mostrou o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) nesta terça-feira.

O Markit informou que o PMI da indústria nacional caiu a 43,8 em novembro, contra 44,1 em outubro, permanecendo pelo 10º mês seguido abaixo da marca de 50 que separa contraçaõ de crescimento e na mínima de cerca de seis anos e meio.

"O PMI destacou uma deterioração acentuada das condições de negócios no setor como um todo", disse o Markit em nota, destacando que todas as três principais áreas da indústria registraram forte queda de produção.

O volume de novos pedidos recuou pelo 10º mês consecutivo em novembro devido à deterioração da demanda e à fragilidade da economia do país. Os novos negócios do exterior também registraram contração.

"O cenário para o setor é sombrio. A queda do emprego combinada com a alta de impostos, aumento dos custos de empréstimos e subsequente queda na receita vão aprofundar a contração do país", destacou a economista do Markit, Pollyanna De Lima.

"Mesmo o câmbio mais fraco não está conseguindo elevar as encomendas do exterior. Os custos mais altos provam ter um impacto maior sobre as empresas, que têm dificuldades para competir a nível global em ambiente de demanda já fraca", completou.

Sem novos projetos, as indústrias vêm buscando reduzir os custos e por isso cortaram empregos no mês passado pelo nono mês seguido e no ritmo mais forte desde abril de 2009, afetando sobretudo o setor de bens de capital.

Em relação aos preços de insumos, os entrevistados relataram forte aumento citando o enfraquecimento do real e também impostos mais altos.

Buscando proteger as margens de lucro mesmo diante da crise econômica, as indústrias continuaram elevando os preços e a inflação dos preços cobrados chegou ao maior nível em sete meses, com destaque para bens de consumo.

A produção industrial fechou o terceiro trimestre com recuo de 9,5 por cento sobre o mesmo período do ano anterior, segundo dados do IBGE, em meio à confiança abalada dos investidores diante da recessão econômica e crise política que assolam o país.

A indústria tem sido um dos principais pesos sobre a economia brasileira, e a fraqueza vai se prolongar para o próximo ano, segundo especialistas.